


## A tradução de variantes linguísticas da literatura anglófona: algumas reflexões sobre dilemas éticos

**Vanessa Lopes Lourenço Hanes<sup>1</sup>**

Doutora em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atua como docente nas áreas de língua inglesa e tradução na Universidade Federal Fluminense, e na Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina. Seus atuais interesses de pesquisa concentram-se na tradução de representações da oralidade em diferentes mídias, do cinema à literatura de massa.

 <https://orcid.org/0000-0002-0413-0190>

*Data de recebimento: 07 de maio de 2024.*

*Data de aceite: 04 de junho de 2025.*

**Como citar este artigo:** HANES, V. L. L. A tradução de variantes linguísticas da literatura anglófona: algumas reflexões sobre dilemas éticos. *Revista InterCulturas*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. e74037, jun. 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15764302.

**RESUMO:** A tradução de variantes linguísticas tem, historicamente, representado um grande desafio aos profissionais de diversas subáreas de atuação como tradução literária, tradução fílmica, localização de jogos, entre outras. Diante desse cenário, o objetivo do presente artigo é refletir sobre alguns questionamentos éticos implicados na tradução de variantes linguísticas no polissistema literário brasileiro, tendo como foco principal a literatura anglófona. Neste contexto, três aspectos relacionados à ética da tradução são abordados: 1) questões de ordem mercadológica; 2) questões acerca da representatividade de grupos específicos; e 3) questões acerca do lugar de fala do tradutor. Os questionamentos éticos aqui tratados são relacionados com debates mais amplos atrelados à profissão e à teoria da tradução, como a (in)visibilidade do tradutor, a patronagem, e os conceitos de equivalência, fidelidade e lealdade. Conclui-se que um primeiro passo para lidar com seus conflitos éticos seria que o tradutor se enxergasse verdadeiramente como reescritor; hipoteticamente, tal movimento teria a consequência de empoderá-lo para defender seu projeto tradutório com todos os seus potenciais desdobramentos, independentemente de qual o caminho escolhido. **PALAVRAS-CHAVE:** Variantes linguísticas. Literatura anglófona. Ética da tradução.

## The translation of linguistic variants from Anglophone literature: some reflections on ethical dilemmas

**ABSTRACT:** The translation of linguistic variants has historically posed a challenge to professionals from several subareas such as literary translation, film translation, game localization, among others. Considering this scenario, this article addresses some ethical issues regarding the translation of linguistic variants in the Brazilian literary polysystem, focusing on Anglophone literature. In this context, three aspects related to the ethics of translation are considered: 1) market issues; 2) issues regarding the representation of specific

---

<sup>1</sup> Endereço eletrônico: [vanessahanes@id.uff.br](mailto:vanessahanes@id.uff.br)

groups; and 3) issues regarding the translator's place of speech. The ethical issues dealt with here are connected with broader debates linked to the profession and to translation theory, such as the (in)visibility of the translator, patronage, and the concepts of equivalence, fidelity and loyalty. The conclusions of this study point out that a first step towards dealing with ethical conflicts would be for the translator to truly see himself as a rewriter; hypothetically, such a move would consequently empower translators to defend their translation project with all its potential consequences, regardless of the path chosen.

**KEYWORDS:** Linguistic variation. Anglophone literature. Ethics of translation.

## La traducción de variantes lingüísticas de la literatura anglófona: algunas reflexiones sobre dilemas éticos

**RESUMEN:** La traducción de variantes lingüísticas ha representado históricamente un gran desafío para los profesionales de diversas subáreas de actividad como la traducción literaria, la traducción cinematográfica, la localización de juegos, entre otras. Ante este escenario, el objetivo de este artículo es reflexionar sobre algunas cuestiones éticas involucradas en la traducción de variantes lingüísticas en el polisistema literario brasileño, con foco principal en la literatura anglófona. En este contexto se abordan tres aspectos relacionados con la ética de la traducción: 1) cuestiones de mercado; 2) cuestiones sobre la representación de grupos específicos; y 3) cuestiones sobre el lugar de intervención del traductor. Las cuestiones éticas que aquí se abordan se relacionan con debates más amplios vinculados a la profesión y a la teoría de la traducción, como la (in)visibilidad del traductor, el mecenazgo y los conceptos de equivalencia, fidelidad y lealtad. Se concluye que un primer paso para abordar los conflictos éticos sería que el traductor se viera verdaderamente como un reescritor; Hipotéticamente, un movimiento de este tipo tendría como consecuencia habilitarlo para defender su proyecto de traducción con todos sus desarrollos potenciales, independientemente del camino elegido.

**PALABRAS CLAVE:** Variantes lingüísticas. Literatura anglófona. Ética de la traducción.

### 1 Introdução

Em 2001 Anthony Pym afirma que os Estudos da Tradução, já naquele momento, vinham se voltando para a ética como resultado de uma tendência social geral. Esta tendência permanece atual nos nossos dias, com o campo disciplinar dos Estudos da Tradução empreendendo cada vez mais debates sobre temas que, como aponta Pym, vão desde inovações tecnológicas (que têm sido ressignificadas a partir das possibilidades de tradução via inteligência artificial) até as economias globalizadas, passando pelos movimentos por direitos humanos e pela maior visibilidade para diferentes minorias. Para

Pym, algumas destas questões talvez não pareçam à primeira vista envolver a tradução diretamente, mas acabam por levar a uma progressiva expansão do processo de tomada de decisão para além de nações ou culturas individuais, gerando, ao mesmo tempo, profundas indecisões sobre como traduzir.

Os reflexos deste relativamente novo e aprofundado olhar para as questões éticas podem ser percebidos não só na esfera acadêmica e em seus processos reflexivos, mas também nos próprios produtos traduzidos encontrados em diferentes mercados, nos quais uma maior valorização do que seria eticamente correto e um maior cuidado decorrente desta valorização são percebidos na forma como se tem escolhido nos últimos tempos abordar a tradução de textos em diferentes mídias que, por diferentes motivos, possam ser considerados sensíveis.

O cenário ético mundial delineado por Pym é perfeitamente observável no Brasil onde, nas últimas décadas, as minorias sociais passaram a ter mais voz, por exemplo, nos meios de comunicação de massa, levando a se pensar e debater questões antes quase que ignoradas pelo *mainstream* (como, para citar um exemplo óbvio, aquelas acerca das relações raciais nos Estados Unidos e no Brasil). Produtos culturais de minorias antes ostracizadas também passaram a ter maior destaque em diferentes esferas, trazendo à luz importantes debates, e apresentando aos poucos ao público brasileiro obras nacionais e internacionais fruto de campos como literatura, artes plásticas, e cinema (obras muitas vezes introduzidas ao público nacional por meio do trabalho de tradutores atuando em diferentes modalidades). E, mesmo diante de recentes retrocessos graças à conjuntura política nacional, esta tendência a um maior enfoque da pluralidade ainda tem se mantido (e lutado por se manter) em diferentes setores, inclusive nas produções culturais como um todo.

É justamente no âmbito dos produtos culturais que encontramos o principal objeto de estudo da presente reflexão: as traduções brasileiras de obras literárias anglófonas nas quais alguma forma de variante linguística estava originalmente presente, e as questões

éticas potencialmente subjacentes à tradução dessas variantes para o português brasileiro. A opção por lidar com a tradução de variantes anglófonas no âmbito literário cobrirá um pequeno espectro possível para um texto acadêmico, em um cenário em que se vislumbram tantas outras possibilidades. E é preciso deixar claro que o intuito do presente artigo não é fornecer respostas definitivas, mas sim incentivar a reflexão crítica sobre o tema.

Parece necessário também neste momento abrir um parêntese para esclarecer que este texto não foi escrito ignorando as diversas peculiaridades por trás da apresentação por escrito de variantes linguísticas em obras literárias, peculiaridades as quais por si só trazem consigo várias complexidades, antes mesmo de se incluir nesta equação a presença da tradução. Assim sendo, vale deixar claro que se parte aqui do pressuposto de que o que existe na literatura são somente representações limitadas de variantes linguísticas, particularmente quando se considera o quanto estas variantes estão diretamente conectadas com a apresentação do discurso direto das personagens nas obras literárias, implicando, portanto, em uma representação da sua oralidade, ainda que determinadas características desta oralidade não possam estar presentes (conforme esclarece Halliday (1985) ao apontar que as características prosódicas e paralinguísticas da língua falada, por exemplo, são difíceis de se representar na sua forma escrita). Conceitos como o de dialeto visual,<sup>2</sup> o qual segundo McArthur (1998) foi cunhado em 1925 por George P. Krapp, e também o de oralidade fingida,<sup>3</sup> cunhado por Goetsch (1985), são essenciais ao se considerar a temática aqui trabalhada. Quando a tradução é acrescentada a este já controverso debate, autores como Britto (2012) reforçam o discurso de que, considerando

---

<sup>2</sup> McArthur (1998) explica que o termo dialeto visual é usado para descrever o fenômeno de soletração não-convencional para reproduzir o uso coloquial da língua, o que, portanto, incluiria a representação de variantes linguísticas. O nome se dá por conta de este formato textual supostamente “incomodar” os olhos, mas não os ouvidos do leitor. Walpole (1974) polemiza a utilização deste recurso ao afirmar que o dialeto visual pode ser linguisticamente ilógico, socialmente ofensivo, mas ainda assim o considera dramaticamente indispensável em obras literárias anglófonas.

<sup>3</sup> Termo usado por Goetsch (1985) para se referir à mimese da língua oral em formato ficcional.

representações escritas da oralidade, é importante sempre ter em mente que as pessoas falam utilizando sentenças incompletas, redundâncias e outros elementos que geralmente não podem ser representados por escrito. Brett (2009), por sua vez, vai ainda mais longe, e chega a denominar o dialeto visual como um fenômeno intraduzível.

Mas, independentemente da nomenclatura utilizada (seja dialeto visual, oralidade fingida, ou qualquer outra alternativa plausível), nem todos na academia ou na prática tradutória concordam com esta perspectiva da intraduzibilidade. Ao discorrer sobre a tradução de variantes dialetais na literatura em solo brasileiro nos últimos anos, Paganine (2011) nos diz que “os tradutores têm se sentido mais à vontade para arriscar na tradução de variantes não-padrão” (p. 282). Diante desta afirmação, nos propomos a partir daqui a pensar, sob a perspectiva da ética em tradução, quais seriam estes riscos envolvidos na tradução de textos literários nos quais a fala não-padrão é apresentada ao leitor nacional. Muitos leitores e mesmo membros da academia criticam os tradutores por simplesmente utilizarem o discurso padrão na tradução de variantes e apagarem as marcas específicas de ocorrências linguísticas não-padrão dos textos fonte, mas pouco se fala sobre os dilemas atrelados ao posicionamento de traduzir língua não-padrão como língua não-padrão. Há, portanto, uma latente necessidade de se problematizar um pouco mais as variáveis ligadas a esta questão. Para colaborar com este debate, pensaremos a seguir sobre três destes dilemas éticos enfrentados pelo profissional tradutor: 1) questões de ordem mercadológica; 2) questões acerca da representatividade de grupos específicos; e 3) questões acerca do lugar de fala do tradutor.

## **2 Questões de ordem mercadológica: considerações acerca do polissistema literário**

Como bem explana Lefevere (1992), o tradutor não existe em um vácuo, mas é cercado por um aparato que ao mesmo tempo lhe permite trabalhar e lhe impõe restrições: afinal, o responsável por solicitar e custear uma tradução é, em última instância,

quem determina o que é aceitável como produto final – o já bastante difundido conceito de patronagem. E o que geralmente ocorre é que o formato deste produto final traduzido costuma ser determinado pelas regras já pré-estabelecidas no mercado editorial nacional, ou seja, pelo que Toury (1995) chamaria de normas tradutórias.<sup>4</sup> Os editores e tradutores estão, portanto, submetidos a uma simples, porém por vezes cruel, lógica de mercado: as traduções que vendem são aquelas que se adequam às expectativas socialmente construídas pelo público alvo daquele local específico, naquele momento histórico específico, para aquele tipo de produto específico, e cujas fórmulas gerais são circularmente reproduzidas pelo mercado editorial como receita de sucesso. Assim, a expectativa (e o que em muitas ocasiões de fato ocorre) é que as traduções divergentes deste modelo coletivamente pré-concebido sejam consideradas inadequadas e conseqüentemente rejeitadas ou, quando chegam ao consumidor final, sejam marginalizadas por uma maioria do leitorado.

Para continuar pensando esta temática, o entendimento do que Even-Zohar (1990) chamaria de polissistema<sup>5</sup> literário nacional é também determinante na compreensão da situação do tradutor literário no Brasil. É de conhecimento geral que temos em terras

---

<sup>4</sup> Gideon Toury desenvolveu um modelo de análise baseado na abordagem dos polissistemas (ver a nota a seguir) e cujo enfoque é o texto de chegada dentro do contexto a que pertence, visando ajudar a compreender o processo que determinou o formato final deste texto de chegada. Esse processo, para Toury, seria influenciado pelas chamadas normas tradutórias, que são presentes em todas as sociedades e, quando ocorrem regularmente, possibilitam o estabelecimento de padrões em determinado sistema. Assim, trata-se de uma abordagem behaviorista: ao observar regularidades na conduta do tradutor é possível buscar explicá-las. Se forem focalizadas as escolhas não obrigatórias, é possível focalizar restrições externas e sócio-culturais para explicar preferências recorrentes de tradutores, e são estas restrições que Toury chama de normas.

<sup>5</sup> A abordagem polissistêmica se origina nas obras dos últimos formalistas russos (dentre os quais se encontram Jurij Tynjanov e Roman Jakobson), ou, mais especificamente, no conceito de sistema desenvolvido por esses pensadores. Para esses estudiosos, o termo sistema designa uma estrutura multifacetada na qual diversos elementos interagem entre si. Foi a partir desse conceito que Even-Zohar, um teórico israelense, elaborou no início da década de 1970 a teoria polissistêmica, também denominada teoria dos polissistemas. Essa teoria tem como ponto central o pressuposto de que as várias subdivisões dentro de cada polissistema competem constantemente, visando o alcance da posição dominante. No sistema literário, por exemplo, há constante competição para a ocupação de posição central. E o uso dessa abordagem dentro desse sistema acabou por ter importantes conseqüências para os estudos da tradução, já que Even-Zohar discute extensamente o papel da literatura traduzida em cada sistema literário.

brasileiras nos dias de hoje um polissistema literário no qual a literatura traduzida ocupa lugar central, em especial a literatura de origem anglófona. Isso é atestado por trabalhos como aqueles de Martins (2021), que aponta que, entre 2016 e 2019, e considerando somente títulos com novos ISBN, aproximadamente 40% dos livros publicados no Brasil foram traduções. A literatura nacional, por vezes, fica à margem, tanto quando se leva em conta a sua representatividade em livrarias (raramente livros nacionais são a maioria dos produtos oferecidos, e nem sempre são exibidos em locais de maior destaque), quanto quando se consideram suas vendas (ao considerar, por exemplo, dados de vendas parciais de 2025 divulgados pelo portal Publishnews para o gênero de ficção no Brasil, quatro dentre os cinco títulos mais vendidos são traduções de origem anglófona)<sup>6</sup>. Entretanto, paradoxalmente, é a língua usada na literatura nacional canonizada de décadas e décadas atrás que impera nos textos traduzidos, sendo vista como a língua portuguesa correta e preferível (ver Hanes, 2015). Temos em nossas livrarias textos escritos em um português que difere da língua falada no Brasil de hoje, e nos quais ocorrências de discurso direto são por vezes representadas com itens lexicais indicativos de registro alto, ainda que, no caso das traduções, os textos originários trouxessem um registro menos formal. Desdobra-se diante dos olhos do leitorado brasileiro o conflito entre o português falado e o escrito, a língua (re)aprendida na escola e a língua do convívio social do brasileiro médio.

Mas o que os conceitos teóricos e dados empíricos apresentados nesta seção têm a ver com a prática tradutória e a ética do tradutor diante de textos literários nos quais ocorre a variante linguística? Basicamente, ao se deparar com alguma forma de variante linguística, qualquer tradutor precisa passar por um profundo processo decisório, conforme aquele indicado por Pym (2001) e já mencionado acima, o qual neste caso é determinado por duas faces de uma mesma moeda. Por um lado, traduzir como língua padrão seria o mais esperado mercadologicamente, uma zona de conforto profissional. Já por outro,

---

<sup>6</sup> Dados disponíveis em: <https://www.publishnews.com.br/ranking/anual/9/2025/0/0>. Acesso: 04 jun 2025.

traduzir como língua não-padrão, ainda que trouxesse maior satisfação pessoal ao tradutor, poderia resultar em problemas com o solicitante da tradução em diferentes níveis (ao passar por editor, revisor, etc.) e, ainda que o texto fosse aprovado, potencialmente causaria estranhamento no público leitor e levaria talvez a um fracasso de vendas e, conseqüentemente, ao fracasso do referido tradutor como profissional. Assim, mesmo que o tradutor perceba com clareza a importância da língua não-padrão no texto a ser traduzido e a relevância de repassá-la/ representá-la para o seu leitor, ele se verá diante de um conflito no qual as restrições mercadológicas e a hipótese de ser julgado um “mau tradutor”, fora de sintonia com as expectativas do leitorado, podem pesar mais do que o interesse em representar o não-padrão na cultura fonte como não-padrão na cultura-alvo.

Talvez um caso ilustrativo para esta situação seria a longa nota da tradutora da edição de *Adventures of Huckleberry Finn* publicada em 2011 pela Editora L&PM. Rosaura Eichenberg foi responsável pela quinta tradução desta obra no Brasil, mas a primeira na qual os personagens principais, Huckleberry Finn e o escravo fugido Jim, utilizaram o português não-padrão. E um dos elementos mais marcantes do texto de Eichenberg foi o fato de deixar claro que optou pelo uso de língua não-padrão por um compromisso com a obra e os personagens, já que Huckleberry Finn tinha aversão a ser educado formalmente ou, como ele mesmo afirmaria, ser “civilizado”, o que havia ocorrido em todas as traduções prévias através do uso da língua.

A ideia principal aqui não é dizer como o profissional deveria traduzir, nem recomendar o uso de língua não-padrão ou a adoção da língua padrão por questões de segurança profissional. O intuito é apontar que, antes de emitirmos juízos de valor, é importante ter em mente que o tradutor é somente um ator de um contexto muito mais amplo, cujo objetivo final (no contexto mercadológico aqui considerado, e tendo-se em mente que há outras realidades tradutórias) é um produto que gere retorno financeiro, e não que seja somente culturalmente relevante. E há, por fim, a dimensão de que talvez o

caminho a ser adotado seria cumprir o que é determinado pelo solicitante da tradução, independentemente de convicções pessoais.

É fato que sobram histórias de colegas tradutores (compartilhadas informalmente em eventos da categoria) que ilustram bem o que temos discutido aqui. Há, por exemplo, aqueles que tiveram projetos prontos engavetados por editores céticos acerca de suas opções tradutórias pouco ortodoxas. Há ainda os casos de outros que, após terem seus textos publicados, foram contatados por leitores a respeito de seu uso de língua, por usarem um “português errado” ou terem “deixado passar erros” na tradução – quando, na realidade, o que ocorre é que optaram (e por vezes brigaram) pelo uso da língua não-padrão no texto final. Sem falar nos casos daqueles que tiveram a desagradável surpresa de ver um texto final revisado e publicado que não era exatamente o seu, cuja revisão resultou no apagamento de decisões tradutórias cuidadosamente pensadas. Estas anedotas são, na verdade, indícios de que o anseio pelo purismo linguístico ainda se encontra bastante vivo no polissistema literário brasileiro em suas diferentes esferas (passando pelo editor, pelo revisor, pelo leitor...), e que este purismo tem conseqüentemente grande peso em quaisquer decisões tradutórias supostamente tomadas em nível individual.

### **3 Questões acerca da representatividade dos personagens: a busca por uma “equivalência social”**

Outro grande dilema enfrentado pelo tradutor literário brasileiro diante de uma variante linguística pode ser brevemente caracterizado pelos seguintes questionamentos: Como representar adequadamente a variante linguística em um contexto de chegada completamente diferente daquele em que o texto originário foi produzido? Como encontrar o que chamamos aqui de uma “equivalência social”, ou seja, uma equivalência (termo bastante questionado e marginalizado na atualidade do campo disciplinar dos

Estudos da Tradução, mas eficaz para o propósito deste texto)<sup>7</sup> que vá para além de questões estritamente linguísticas, e abranja uma situação social semelhante àquela representada no texto fonte, cujo uso de língua, conseqüentemente, também faria sentido contextualmente? E, caso tal equivalência seja realmente impossível, o que fazer com o texto traduzido: usar ou não usar algum tipo de português não-padrão?

Talvez nos falte aqui um exemplo de como tais questionamentos seriam aplicáveis a um contexto tradutório específico. E um exemplo concreto no qual é possível compreender a extensão da problemática delineada é algo recorrente ao traduzir o par linguístico inglês americano-português brasileiro: as representações literárias do inglês afro-americano<sup>8</sup>. Paulo Henriques Britto (2012), tradutor consagrado pela qualidade de seus textos e ao mesmo tempo bastante engajado e relevante no meio acadêmico, deixa claro acreditar não haver um substituto adequado para o inglês afro-americano no português brasileiro. Vale lembrar que uma alternativa comumente adotada no Brasil para esta variante tem sido a utilização de uma espécie de pseudo dialeto caipira, mas esta opção por vezes tem sido criticada e vista como inadequada por criar a ilusão de uma similaridade entre populações totalmente diversas em vários níveis. Bagno (2014, p. 7) lança luz sobre esta temática ao afirmar que:

---

<sup>7</sup> Para um elaborado e enriquecedor debate acerca do termo “equivalência” em suas diversas acepções dentro e fora dos Estudos da Tradução, ver Halverson (1997).

<sup>8</sup>O inglês utilizado pela população negra dos Estados Unidos é objeto de diversos estudos acadêmicos em seu país de origem por conta de seus tantos desdobramentos e complexidades. Mesmo a nomenclatura para se referir ao inglês adotado por aquela população (na realidade, o mais correto seria falar aqui sobre uma gama de variantes do inglês usada por diferentes populações negras em diferentes regiões geográficas) é objeto de disputa, havendo-se convencionalizado prioritariamente no âmbito acadêmico a denominação *African American Vernacular English* (AAVE), frequentemente traduzida para o português brasileiro como inglês afro-americano. Wolfram (2007) é um dos vários pesquisadores que se dedicam ao estudo deste tema em solo estadunidense e, segundo ele, muito ainda precisa ser descoberto e até reinvestigado, pois concepções acadêmicas já antigas, explicações unilaterais e dicotomias imaginárias advindas de estudos desenvolvidos há mais de meio século precisariam ser revistas criticamente. Este autor explica que o inglês afro-americano tem uma posição única não só no sistema linguístico, mas também no sistema sócio-cultural norte-americano, por ser o foco de conflitos entre crenças populares e interpretações científicas da diversidade linguística. Ao pensar uma abordagem para a tradução diante deste panorama de partida já tão multideterminado, fica clara a tarefa hercúlea proposta ao tradutor comprometido com sua prática.

Ao contrário dos Estados Unidos, não se pode dizer que no Brasil exista um “português dos negros”: o que existe é uma polarização, decorrente da profunda discriminação social que tem caracterizado a nossa sociedade, entre a língua dos segmentos mais pobres — a maioria da nossa população, composta de brancos e, mais essencialmente, de não-brancos — e a língua dos segmentos mais ricos — essencialmente brancos. As variedades linguísticas mais estigmatizadas em nossa sociedade são faladas por negros, índios, mestiços e brancos com menor acesso a escolarização, ao trabalho e a renda. Embora, no plano social, o Brasil seja um país impregnado de racismo, no plano linguístico as diferenças que separam as variedades urbanas privilegiadas das demais, estigmatizadas, são de ordem socioeconômica: a gramática dos negros pobres e dos brancos pobres é a mesma.

Surge aqui, portanto, um dilema ético acerca de algo que permeia a tradução literária desde a sua gênese: o (hoje bastante polêmico) conceito de fidelidade, que mais uma vez é aplicado aqui com uma acepção um pouco diferenciada daquela que tem sido utilizada historicamente, para pensar em respostas para a seguinte pergunta: O que fazer para retratar o personagem original e o que ele representa, no caso por exemplo de personagens da cultura afro-americana, com imensa carga cultural, social e política imbricadas em seu uso de língua?

Van Wyke (2010) aponta que a tradução tem historicamente sido entendida como uma tarefa na qual o profissional se esforça para reproduzir o original de forma mais próxima possível, e por isso “o comportamento ético tem sido simplesmente postulado como fidelidade para com o original e o seu autor” (p. 111).<sup>9</sup> Por mais de dois mil anos a imagem dos tradutores fieis tem sido consistentemente reforçada e, só mais recentemente, rechaçada ou questionada. Mas van Wyke menciona ainda que “[a] pesar de existir um grande consenso com relação a este dever ético geral dos tradutores,

---

<sup>9</sup> “ethical behavior has been simply posited as fidelity towards the original and its author”. (van Wyke, 2010, p. 111)

certamente houve grande discordância sobre ao que exatamente no texto se deve ser fiel” (van Wyke, 2010, p. 112)<sup>10</sup>.

Retomando o exemplo do inglês afro-americano, retomamos também nossos questionamentos: Ser fiel seria representar o não-padrão por não-padrão (seria o não-padrão a essência do texto)? Ou a fidelidade consistiria em inserir notas explicativas e utilizar a língua padrão? Ou ainda em buscar contextualmente inserir explicações intertextuais acerca da situação exposta na obra?

Em meio ao debate teórico e prático acerca da fidelidade tradutória travado em nível global, Nord (2016) traz à tona uma nova leitura: um novo conceito, ou talvez uma releitura conceitual, que denomina de lealdade. Esta autora explana que o tradutor deve ser leal ao escritor original ou ao texto fonte, mas também deve ser leal em sua relação com o público alvo, colocando que a lealdade, afinal, é “um princípio ético indispensável na relação entre os seres humanos, que são parceiros de cooperação de um processo de comunicação” (NORD, 2016, p. 63). Aí é apresentada ao acadêmico e ao profissional da tradução uma nova dimensão para reflexão: qual o meio-termo entre ser leal ao texto originário e ao leitor final? É possível ser totalmente leal a ambos? É claro que o profissional tradutor sem uma bagagem teórica provavelmente não utilizará a terminologia aqui aplicada, mas os dilemas éticos em si são bastante reais e visíveis em traduções comercializadas por todo o país, em especial naquelas que permitem ao tradutor expressar sua voz através de notas ou prefácios. Vale deixar claro que a grande questão em jogo é a necessidade premente de encontrar um ponto de equilíbrio em que estejam presentes o respeito ao personagem representado no (con)texto original e, concomitantemente, a legibilidade da tradução, independentemente da rejeição e da carga negativa atreladas na atualidade ao conceito de fidelidade.

---

<sup>10</sup> “Although there has been great consensus regarding this general ethical duty of translators, there has certainly been great disagreement regarding exactly what it is in the text one should be faithful to.” (van Wyke, 2010, p. 112)

### 3 Questões acerca do lugar de fala do tradutor: o que é socialmente permitido

O terceiro dilema ético a ser abordado envolve a questão do lugar de fala do tradutor. Interessantemente, esta perspectiva é frequentemente trazida à tona por discentes que cursam disciplinas voltadas ao traduzir ministradas pela autora deste texto, mostrando um conflito interno recorrente já no período formativo e que, possivelmente, se acirra na vida profissional.<sup>11</sup> A grande preocupação ética contemplada aqui, resumidamente, seria acerca das consequências de eu, um indivíduo tradutor hipotético com minhas multiterminações sociais, econômicas, raciais, e etc., optar, sendo quem sou, por utilizar um termo específico ou um uso de língua específico com carga pejorativa e potencialmente ofensiva a diferentes grupos e/ou indivíduos que terão acesso à minha tradução.

O conceito de lugar de fala tem múltiplas origens e é utilizado em várias áreas de estudo, mas no Brasil tornou-se particularmente popular através dos escritos de Ribeiro (2017), socióloga que traz à tona discussões acerca da ênfase no lugar social ocupado pelos sujeitos que, coletivamente, têm ou não acesso a determinadas esferas da cidadania. O lugar de fala tem, portanto, a ver com a voz e a visibilidade de sujeitos que protagonizam determinadas lutas sociais, em lugar de serem somente estudados e/ou apresentados por aqueles que os veem de fora.

No Brasil de hoje tem-se aos poucos despertado para a importância de refletir sobre lugares de fala em suas inter-relações com a tradução. O tema foi, por exemplo,

---

<sup>11</sup> As experiências a que se alude aqui se deram no ensino de disciplinas de graduação voltadas à prática de tradução nas quais os alunos demonstraram, repetidamente e em diferentes turmas, desconforto em elege uma variante não-padrão brasileira para representar falantes de variantes não-padrão anglófonas, afirmando, em linhas gerais, que se sentiam preconceituosos ao “colocar palavras na boca” do falante representado em um contexto tão diferente do seu cotidiano. Isto se mostrou particularmente verdadeiro na realização de traduções com a presença do discurso de afro-americanos, e ainda mais quando o material a ser traduzido não se tratava de obras literárias, mas sim de discurso direto de pessoas reais em entrevistas, por exemplo.

abordado no estudo de Carvalho (2016), que lida com a tradução audiovisual de um documentário sobre trabalhadoras domésticas brasileiras sob uma perspectiva ativista. Mas este despertar para a temática tem também gerado receios ao se pesquisar sobre determinados assuntos e ao se traduzir determinados tipos de texto.

Um exemplo comum que geraria críticas na atualidade seria o de um homem tradutor que aceitasse traduzir uma obra tida como feminista, ou, alternativamente, um homem na academia que se dispusesse a pesquisar sobre a tradução da literatura feminista. Muitos se apressariam para afirmar que aquele não seria o seu lugar de fala e, portanto, o seu esforço profissional ou acadêmico não pareceria eticamente adequado. E, de fato, o exemplo relativamente recente do que ocorreu com o tradutor catalão e com a tradutora holandesa da poeta afro-americana Amanda Gorman, em 2021, ilustra que as divergências acerca do lugar de fala do tradutor estão fomentando debates no dia a dia de profissionais em diferentes contextos: o profissional catalão foi retirado do projeto tradutório por se distanciar do “perfil” da autora; já a tradutora (branca) da Holanda optou por se afastar do projeto tradutório da obra de Gorman após ser vítima de críticas online.<sup>12</sup> Não se acredita ser o lugar nem o objetivo deste texto concordar ou discordar com o posicionamento do tradutor ou pesquisador que se dispõe a fazer trabalhos desta natureza ou de natureza semelhante. Mas é por outro lado válido estender o mesmo questionamento para refletir sobre o tradutor que se encontra diante de variantes linguísticas no contexto nacional, para pensar acerca de como lidar com a temática do lugar de fala ao traduzir o discurso não-padrão.

O inglês afro-americano será mais uma vez trazido à baila para exemplificação, por ser um fenômeno linguístico de ampla difusão, recorrente em textos literários e em outras mídias, e que, conseqüentemente, gera muitos conflitos. O fato é que os tradutores brasileiros tendem a ser, em sua maioria, parte de uma elite branca, que teve acesso ao

---

<sup>12</sup> Mais informações disponíveis em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-56340162> . Acesso: 06 jun. 2025.

aprendizado da língua inglesa, ao ensino superior, e puderam se instrumentalizar para posterior inserção no mercado de trabalho. E são estes sujeitos que, ao se encontrarem diante de termos como *nigger*, apontado por Kennedy (1999) como elemento chave do léxico das relações raciais estadunidenses e, ao mesmo tempo, como potencialmente perigoso por suas implicações e ramificações, podem se ver limitados em suas ações profissionais. Este termo tem hoje enorme carga ofensiva no mundo anglófono, particularmente nos Estados Unidos, por seu uso depreciativo frequente na época da escravidão em solo norte-americano. Seu uso foi marginalizado particularmente durante os movimentos civis norte-americanos na década de 1960. Porém, curiosamente o termo foi reinserido no vocabulário da população afro-americana nas últimas décadas, sendo, exclusivamente no uso entre os membros daquela comunidade, uma expressão que em alguns momentos pode refletir camaradagem. Todavia, se usado por um branco, norte-americano ou não, é ainda extremamente ofensivo, ou seja, depende totalmente do lugar de fala dos sujeitos que o utilizam. E, ao tradutor brasileiro, branco, conhecedor destas implicações sociais, culturais e políticas, o termo gera um desconforto ao tomar decisões tradutórias. Este profissional não pode deixar de questionar: Utilizar “negro” seria o termo eticamente correto? Ou seria melhor adotar o termo “preto”, preferido hoje por movimentos sociais brasileiros, mas que ainda parece ter carga pejorativa aos olhos da população em geral, menos politizada? Se eu, tradutor hipotético, utilizasse algo pejorativo como “negão” ou “crioulo”, porque é o que o contexto parece pedir, qual seria a percepção dos leitores? É realmente meu papel como tradutor fazer este tipo de uso de língua, ou uma nota do tradutor seria a melhor opção para me livrar de possíveis juízos de valor? A complexidade deste único item lexical serve para atestar o quão densa é a relação com a questão do lugar de fala para o profissional tradutor, questão a qual por sua vez se entrelaça ainda com outros conceitos problemáticos, como a suposta intraduzibilidade já mencionada anteriormente.

## **Considerações finais sobre os dilemas abordados e o posicionamento ético do tradutor no Brasil**

Embora o intuito aqui não seja apresentar uma fórmula mágica sobre como traduzir variantes linguísticas, nem tampouco trazer respostas definitivas para os questionamentos éticos considerados, é chegado o momento de tirar algumas conclusões sobre o que foi apresentado até então, ainda que este seja, obviamente, um primeiro passo de uma longa caminhada, o início de uma reflexão sobre questões que carecem ser muito melhor pensadas. Mas algumas afirmações de pensadores como van Wyke (2010) servem para embasar o fechamento deste processo reflexivo inicial.

Ao pensar a ética na tradução, este autor coloca sua opinião de que, ao aceitar o fato de que o original será sempre transformado pela sua intervenção profissional, deixando visíveis as marcas de seu processo decisório, os tradutores conseqüentemente assumirão uma posição consciente de autoridade sobre sua própria tradução. Parece possível entender este raciocínio assumindo que, talvez, um primeiro grande passo para lidar com seus conflitos éticos seria que o tradutor se enxergasse verdadeiramente como reescritor, como autor/criador de seu texto traduzido; hipoteticamente, tal movimento teria a consequência de empoderá-lo para defender seu projeto tradutório com todos os seus potenciais desdobramentos, independentemente de qual o caminho escolhido.

Este entendimento de seu protagonismo e o resultante sentimento de posse e de empoderamento por parte de cada profissional tradutor diante de seu trabalho parece ser de central importância na dinâmica do traduzir pois, como coloca Chesterman (1997, p. 149):

Normas podem ser compartilhadas por uma comunidade, uma profissão ou uma cultura; e também os seus valores subjacentes; mas o entendimento e a aplicação destas normas e valores na tomada de decisão é inescapavelmente individual.<sup>13</sup>

Ou seja: apesar de haver pressões, convenções e diretrizes mercadológicas e sociais multideterminadas acerca do que é eticamente correto ao traduzir textos com variantes linguísticas ou quaisquer outras formas de texto, a decisão em última instância é do indivíduo tradutor, o qual irá a partir daí lidar com as consequências de suas escolhas. E é aí que entra a relevância de, sempre que possível, decidir por um projeto tradutório no qual o profissional realmente acredita e irá defender com afinco. É claro, porém, que entendemos que este tipo de postura é continuamente limitada por questões tangíveis como as necessidades de ganho financeiro do profissional, e a necessidade de seu estabelecimento como nome confiável no mercado nacional (conforme apontado quando tratávamos da questão do polissistema de literatura traduzida no Brasil), as quais por sua vez acrescentam novas camadas a uma situação já deveras complexa, que não deve ser transformada em algo ainda mais difícil por conta de uma extrema romantização da prática tradutória.

Ao falar sobre a “ética da diferença”, Venuti (1999) buscou lidar com questões acerca de como o poder influencia o que é considerado uma tradução “correta” silenciando versões tradutórias alternativas. Este silenciamento pode se dar de diferentes maneiras, principalmente através de um forçado ostracismo profissional do tradutor que se negue a adequar-se às normas dominantes, ao que está dado. Não se deve, portanto, minimizar os conflitos com os quais lidam diariamente os profissionais que traduzem de determinada maneira mais aceita pelo mercado, mas optariam por aquilo que Venuti define como projetos tradutórios minorizantes caso tivessem o privilégio de seguir somente suas próprias convicções sobre o traduzir.

---

<sup>13</sup> “Norms may be shared by a community, a profession or a culture; so may their underlying values; but the understanding and application of these norms and values in decision-making is inescapably individual.” (Chesterman, 1997, p. 149)

Parece oportuno, à guisa de conclusão, trazer aqui as palavras de van Wyke, quando este autor afirma que “tradutores devem participar ativamente tornando esta prática mais visível para as nossas sociedades que frequentemente a veem com desprezo ou tomam como dado o papel fundamental que desempenha na formação do mundo”. (2010, p. 114)<sup>14</sup> Quanto mais os tradutores enquanto classe profissional lutarem por reconhecimento, por espaço, enfim, por aquilo que tem se convencido chamar de visibilidade, maiores serão as chances de que suas posturas plurais ao traduzir variantes linguísticas e quaisquer outros fenômenos linguísticos considerados sensíveis sejam debatidas e acatadas ou, ao menos, respeitadas.

## Referências

AMANDA Gorman's Catalan translator dropped because of 'profile'. *BBC News*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-56340162>. Acesso: 06 jun. 2025.

BAGNO, Marcos. Genocídio, migração forçada e contato na formação do português brasileiro. *Revista de Humanidades e Letras*, v. 1, n. 1, p. 4-15, 2014.

BRETT, David Finbar. Eye dialect: Translating the untranslatable. *Annali della Facoltà di Lingue e Letterature Straniere di Sassari*, v. 6, p. 49-62, 2009.

BRITTO, Paulo Henriques. *A tradução literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, Gilda Maria Pinho Villa-Verde. *Mucamas: repensando o lugar de fala em tradução ativista para legendagem*. 2016. 88f. Monografia (Curso de Letras – Tradução), Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CHESTERMAN, Andrew. Ethics of translation. In: SNELL-HORNBY, Mary; JETTAROVÁ, Zuzana; KAINDL, Klaus. *Translation as Intercultural Communication*. Amsterdam/ Filadélfia: Benjamins Translation Library, v. 20, p. 147-160, 1997.

---

<sup>14</sup> “translators should actively participate in making this practice more visible to our societies that often view it with contempt or take for granted the fundamental role it plays in shaping the world.” (van Wyke, 2010, p. 114)

EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem theory. *Poetics Today*, Durham, v. 11, n. 1, p. 3-26, 1990.

GOETSCH, Paul. Feigned orality in the narrative styles of developed literary cultures+ oral and literate language in the 19th-century novel. *Poetica-zeitschrift fur sprach-und literaturwissenschaft*, v. 17, n. 3-4, p. 202-218, 1985.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *Spoken and written language*. Hong Kong: Oxford University Press, 1985.

HALVERSON, Sandra L. The concept of equivalence in translation studies: Much ado about something. *Target: International Journal of Translation Studies*, v. 9, n. 2, p. 207-233, 1997.

HANES, Vanessa Lopes Lourenço. *The language of translation in Brazil: written representations of oral discourse in Agatha Christie*. 2015. 308 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

KENNEDY, Randall L. Who can say" nigger"? And other considerations. *The Journal of Blacks in Higher Education*, n. 26, p. 86-96, 1999.

LEFEVERE, André. *Translation, rewriting & the manipulation of literary fame*. London: Routledge, 1992.

LISTA de Mais Vendidos de Ficção de 2025 – Parcial. *Publishnews*. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/ranking/anual/9/2025/0/0> . Acesso: 06 jun. 2025.

MARTINS, Marcia do Amaral Peixoto. A tradução no Brasil e a retradução de clássicos: algumas considerações. *Tradterm*, v. 39, p. 151-173, 2021.

MCARTHUR, Tom (Ed.), *Concise Companion to the English Language*. OUP: Oxford, 1998.

NORD, Christiane. *Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática, com tradução e adaptação de Meta Elisabeth Zipser et al*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.

PAGANINE, Carolina Geaquinto. *Três contos de Thomas Hardy: tradução comentada de cadeias de significantes, hipotipose e dialeto*. 2011. 314 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.



PYM, Anthony. Introduction: The return to ethics in translation studies. *The Translator*, v. 7, n. 2, p. 129-138, 2001.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

TOURY, Gideon. *Descriptive translation studies and beyond*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

TWAIN, Mark. *As Aventuras de Huckleberry Finn*. Tradução de Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: L&PM, 2011.

VAN WYKE, Ben. Ethics and translation. In: GAMBIER, Yves; DOORSLAER, Luc van. *Handbook of translation studies*, Amsterdam: John Benjamins: v. 1, p. 111-115, 2010.

VENUTI, Lawrence. *The Scandals of translation: towards an ethics of difference*. London & NewYork: Routledge, 1999.

WALPOLE, Jane Raymond. Eye dialect in fictional dialogue. *College composition and communication*, v. 25, n. 2, p. 191-196, 1974.

WOLFRAM, Walt. Sociolinguistic folklore in the study of African American English. *Language and Linguistics Compass*, v. 1, n. 4, p. 292-313, 2007.